



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2011
(do Sr. Duarte Nogueira)

Requer do **Senhor Ministro de Estado da Justiça** informações referente às investigações da Polícia Federal quanto a participação de parlamentares na confecção e divulgação de documentos falsos.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno requiero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas do Senhor Ministro de Estado da Justiça informação sobre qual foi a conclusão da Polícia Federal sobre as gravações realizadas em que se comprovou a participação de parlamentares do Partido dos Trabalhadores na confecção e divulgação de documentos falsos que ficou conhecido como “Lista de Furnas”, informando, especialmente, quem foram as pessoas indiciadas a partir das gravações mencionadas na matéria jornalística abaixo transcrita. Requer-se, por fim, a apresentação de cópia de inteiro teor, por meio magnético, do inquérito policial em que se obtiveram as gravações mencionadas pela notícia abaixo transcrita.

JUSTIFICAÇÃO

A Revista Veja, Edição distribuída em 10 de dezembro de 2011, publicou a seguinte matéria jornalística:

“A trama dos falsários



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Durante os anos em que foi oposição, o PT se destacou como uma frente radical e implacável de combate à corrupção. Com tentáculos que se estendiam em todas as direções - bancos, cartórios, polícia, governo, Ministério Público, Justiça. Quando era preciso conseguir provas contra os adversários, nada escapava aos olhos atentos da máquina sindical montada pelo partido. Essa capilaridade fez do PT detentor de uma exímia tecnologia para cavar e divulgar denúncias que ajudaram a enxotar da vida pública muitos políticos e servidores desonestos. Isso até 2002. Quando o partido assumiu a Presidência da República, o apetite saneador cessou de repente. O PT havia se aliado aos corruptos de outrora, e a máquina sindical passou, então, a trabalhar para esconder provas de corrupção da turma no poder. Os bem treinados fundamentalistas do partido se engajaram em outra frente de atalha - clandestina como as antigas, suja como as amigas, mas movida por objetivos bem menos nobres do que os antigos. Em seus nove anos de governo, o PT e os petistas estiveram metidos em grossos casos de corrupção. Convertidos aos novos tempos, os fundamentalistas continuaram sendo acionados, mas para proteger os criminosos. Eles agem sem nenhum escrúpulo, recorrendo, se necessário, à falsificação, à fraude e à mentira. Foi assim em 2006, quando um grupo de militantes foi preso comprando um dossiê falso em São Paulo. Foi assim em 2008, quando funcionários da Presidência forjaram documentos com informações sobre os gastos do governo anterior. E, descobre-se agora, também foi assim no mensalão, o maior de todos os escândalos.

VEJA teve acesso a um conjunto de conversas gravadas pela Polícia Federal que ilustram como esse receituário de mentiras e falsificações foi usado para tentar debelar a mais aguda crise do petismo. Os diálogos foram interceptados por ordem judicial no primeiro semestre de 2006, quando as investigações da CPI dos Correios, que apurava o esquema de pagamento de propina a parlamentares mamado pelo então homem forte do governo, José Dirceu, se aproximavam do fim.

Esse conjunto de provas, que até agora era desconhecido, evidencia como uma ala do PT mineiro, com o incentivo e o apoio da cúpula nacional do partido, se aliou a um conhecido estelionatário para produzir e divulgar um documento falso que tinha o objetivo de confundir os parlamentares que investigavam o mensalão, macular a imagem de políticos de oposição e, numa intenção ainda mais ousada, também induzir a erro o ministro Joaquim Barbosa, relator do processo no Supremo Tribunal Federal.

As conversas revelam como os petistas idealizaram e financiaram a chamada "Lista de Furnas" - um documento falso como uma nota de 3 reais que acusava políticos de oposição de se beneficiar de desvios de dinheiro da estatal de energia do governo em 2002. A lista nada mais era do que uma montagem feita com técnicas de falsificação grosseiras. Ela surgiu no momento em que o governo do ex-presidente Lula estava acuado pelas denúncias de corrupção e sob a ameaça de enfrentar um processo de impeachment. O documento deveria servir para provar que o caixa dois era um mal inerente à política e a todos os partidos. Ou seja, se a discussão era corrupção, a lista nivelava por baixo governo e oposição - tudo deliberadamente planejado. Os falsários apresentaram duas listas. A primeira era uma cópia xerox, e a segunda, que deveria ser a original, era uma fraude ainda mais grotesca. Uma perícia da polícia revelou depois que havia discrepâncias significativas entre os dois documentos, e um jamais poderia ter se originado do outro. O grupo de estelionatários, porém, precisava levar o plano à frente e, para tentar conferir alguma autenticidade à armação, decidiu também forjar recibos assinados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

pelos políticos beneficiados. É a partir desse momento da trama que as gravações feitas pela polícia são mais reveladoras da ousadia dos petistas em usar a máquina do estado para cometer crimes.

Há conversas entre o estelionatário Nilton Monteiro, o fabricante das listas, o deputado petista Rogério Correia e o ex-deputado Agostinho Valente (ex- PT, hoje PDT). Os diálogos mostram que, em todas as etapas da fabricação da lista, Nilton age sob os auspícios dos dois parlamentares, que lhe prometem, além do apoio logístico, dinheiro e, principalmente, "negócios" em empresas estatais ligadas ao governo federal como compensação pelos serviços prestados.

As interceptações legais foram feitas no intervalo entre a divulgação da primeira lista, a cópia, e da segunda, a original. O grupo tinha pressa em apresentar a lista original e, assim, afastar os rumores de falsificação. Além dos dois políticos, membros do gabinete de Rogério Correia na Assembleia Legislativa de Minas Gerais participaram ativamente da confecção da mentira. Assessores parlamentares estavam em contato frequente com Nilton para discutir formas de obter a assinatura do ex-diretor de engenharia de Furnas, Dimas Fabiano Toledo, o suposto autor do documento. Eles encaminharam o estelionatário ao Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro, entidade filiada à CUT, a central sindical dominada pelo PT. Lá, ele seria ciceroneado por dirigentes sindicais e teria acesso a documentos da estatal.

Em uma conversa com Nilton, Simeão de Oliveira, assessor mais próximo do deputado Rogério Correia, explica como proceder: "Eles (Furnas) assinam coisas para eles (o Sindicato) direto, aí eles vão olhar e falar se tem o do Dimas. (...) Explica pra ele pra que é, o que é, entendeu?". Como a tentativa de obter a assinatura junto ao sindicato fracassa, Simeão elabora uma estratégia paralela, que prefere não revelar ao falsário. Limita-se a dizer que as assinaturas chegarão por Sedex. São particularmente reveladoras as conversas em que os envolvidos discutem a obtenção de assinaturas de políticos da base de FHC para fabricar recibos do suposto caixa dois. Nilton e o assessor de Rogério Correia conversam sobre os padrões das assinaturas dos deputados da oposição - e se questionam se conseguiram mesmo as assinaturas corretas. Durante as conversas, os dois usam códigos rudimentares para disfarçar o objeto da conversa. Providenciar um documento que continha uma assinatura era "arranjar uma perícia". O bando escolheu como signatários dos recibos alguns dos principais nomes da oposição. Em um dos diálogos, Nilton Monteiro discute com Simeão de Oliveira os padrões gráficos das assinaturas do então líder da minoria na Câmara, José Carlos Aleluia, do DEM, e do então vice-líder do PSDB, Antônio Carlos Pannunzio.

Em relação a Aleluia, Nilton não tem certeza sobre os valores que lhe serão atribuídos. "Não sei se é de 75000 reais ou 150000 o recibo dele", comenta o lobista. Eles também incluem na discussão os nomes de Gilberto Kassab, que assumiria a prefeitura de São Paulo no lugar do tucano José Serra, com a renúncia deste ao cargo para disputar a eleição para o governo paulista, e do deputado do DEM Rodrigo Maia. É na discussão sobre Maia que as incertezas do grupo quanto aos padrões verificados ficam mais claras. O falsário e o assessor de Correia comentam que o deputado havia mudado sua assinatura - e que tinham, portanto, um padrão errado. "Ih, então mudou (...). Filho da p ... , viu?", esbraveja Nilton. Uma vez resolvida a questão das assinaturas, o teor dos diálogos muda. O estelionatário adota um tom mais altivo e cobra o pagamento das despesas oriundas da operação. Pelo que se ouve nas conversas, foram feitos pelo menos três depósitos - todos prudentemente realizados na conta-corrente de um



CÂMARA DOS DEPUTADOS

irmão de Nilton Monteiro, de modo a disfarçar a relação entre os deputados e o falsário. A recompensa pelos préstimos de Nilton incluía, segundo as gravações, a liberação de recursos em bancos públicos.

Em uma discussão com o assessor de Rogério Correia, Nilton se mostra confiante: "Vou acabar com eles tudinho". Mas, antes, cobra o que foi prometido:

"Eu quero aquele negócio que foi escrito no papel. São aqueles negócios que eu pedi da Caixa e do Banco do Brasil, pra liberar pra mim urgente no BNDES".

Os parceiros começam a se desentender e a se preocupar com as investigações da polícia. Em uma das ligações, o falsário ameaça o deputado Rogério Correia: "Rogério, eu não vou entregar nada de graça (...) vou virar o capeta. (...) to falando, não vou ficar sozinho nesse trem. Me deram uma facada nas costas". O petista tenta acalmar Nilton e garante que vai ficar tudo certo. A tensão do lobista, ao que tudo indica, tinha origem no parecer do relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio (PMDB-PR), que desconsiderou a lista e recomendou o indiciamento de Nilton Monteiro por falsidade ideológica e uso ilegal de um selo público. "Eu quero saber se o delegado tem poder de prender, né?", indaga o estelionatário. A investigação da polícia não deixa dúvidas quanto ao conluio para cometer crimes entre Nilton Monteiro e o petismo - inclusive em nível nacional.

Em alguns trechos, o lobista cita a necessidade de tratar do negócio com a então senadora Ideli Salvatti, atual ministra de Relações Institucionais, outra figura cativa nos casos envolvendo dossiês suspeitos. "Tivemos contato em apenas dois episódios. Nem eu nem meus assessores participamos da obtenção da lista", mentiu Correia quando ouvido por VEJA. A parceria entre o deputado Correia e o estelionatário inclui os serviços advocatícios do petista William dos Santos - que serve também como elo entre seu cliente e a figura de proa do petismo naquela era sombria, José Dirceu, o principal réu do mensalão. Orientado pelo advogado e seus parceiros petistas, Nilton esteve em Brasília, em 2009, dando sequência à farsa. Antes da viagem, William se reuniu duas vezes com Dirceu em Belo Horizonte e em São Paulo para combinar o roteiro. Ele protocolou no Supremo Tribunal Federal uma cópia de um recibo falso em que o agora ex-presidente de DEM Rodrigo Maia assumiria o recebimento de 200000 reais do caixa de Furnas. A falsificação é grosseira. O recibo foi desconsiderado pelo relator do processo no STF, ministro Joaquim Barbosa. Mesmo assim, o estelionatário entregou o recibo falso ao Ministério Público. Antes de voltar para Minas, fez uma visita ao gabinete de Ideli Salvatti no Senado. Ideli nega o encontro. William dos Santos nega que em seus encontros com Dirceu se tenha falado sobre a falsificação. "Não me lembro mais sobre o que fui falar com José Dirceu. Acho que fui pedi para que ele intercedesse junto à PF para agilizar uma investigação do nosso interesse". Sabe-se de muitas áreas em que José Dirceu age para fazer avançar interesses do PT, mas a Polícia Federal é novidade. No fim de outubro, Nilton foi preso por falsificar notas promissórias. Um final previsível para um criminoso profissional e uma contundente advertência para seus comparsas."

A matéria acima transcrita é suficiente para demonstrar que a Polícia Federal obteve provas incontestáveis da participação de parlamentares na prática de crimes que resultaram na confecção e divulgação da chamada



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lista de Furnas, fato esse ocorrido no ano de 2002. Passado mais de nove anos, não se tem conhecimento de que referidos partícipes tenham sido devidamente investigados e indiciados pelos crimes que praticaram.

As informações que ora requeiro são fundamentais para o esclarecimento dos fatos, no desempenho das atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2011.

Deputado DUARTE NOGUEIRA
PSDB/SP